

PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS NA RESOLUÇÃO CNE

02/2019

Carlos Venasio do Nascimento Rodrigues¹

Ana Karoline Gonçalves Gomes²

Eliomar Araújo de Sousa³

Daniele Kelly Lima de Oliveira⁴

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido tem como objetivo apresentar os resultados de um projeto de pesquisa que investigou os pressupostos econômicos e políticos que orientaram a BNC-Formação de 2019, e seus desdobramentos na formação docente a partir da reedição da Pedagogia das Competências, em resposta ao processo de reestruturação produtiva do capitalismo. A BNC-Formação ou Resolução CNE 02/2019, foi desenvolvida quando o Brasil vivia um período político complexo, uma vez que em 2016 a então presidente Dilma Rousseff sofreu um golpe jurídico parlamentar que provocou seu processo de *impeachment*, levando seu vice Michel Temer, a presidência. Posteriormente foi eleito Jair Messias Bolsonaro (2019), que coordenou um intenso processo de ataques à educação. Nesse cenário a BNC-Formação de 2015, de caráter mais democrático, que ainda estava em vigor foi suspensa e atropelada pela elaboração da Resolução 02/2019.

O projeto teve como objetivo fomentar os estudos que investigam as intencionalidades econômicas e políticas que orientam a BNC-Formação, tanto para a formação dos professores, quanto para a gestão acadêmica, desvelando suas intencionalidades, tendo com objetivo geral uma pesquisa sobre os pressupostos econômicos e políticos que fundamentam a formulação da BNC formação, investigando sua relação com os processos de reestruturação produtiva e a reedição da chamada Pedagogia das

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), membro do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Políticas Públicas, Diversidade e Movimentos Sociais (GPEEMPODERAR/UVA)Cnpq, bolsista FUNCAP. venasioc@gmail.com;

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), membro do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Políticas Públicas, Diversidade e Movimentos Sociais (GPEEMPODERAR/UVA)Cnpq. Professora da Prefeitura Municipal de Sobral. karolinegomes97@gmail.com;

³ Doutorando e mestre em Educação (PPGE/UECE). Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professor pesquisador do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Políticas Públicas, Diversidade e Movimentos Sociais (GPEEMPODERAR/UVA)Cnpq. eliomars014@gmail.com;

⁴ Doutora com Pós-doutorado em Educação (PPGE/UFC). Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Líder do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Políticas Públicas, Diversidade e Movimentos Sociais (GPEEMPODERAR/UVA)Cnpq. dankel28@yahoo.com.br;

Competências.

Para atingir esse objetivo realizamos um estudo acerca do funcionamento do sistema sociometabólico do capital e do processo de reestruturação produtiva desde a década de 1970, que deu suporte a chamada Pedagogia das Competências, mapeando a relação entre o processo de reestruturação produtiva e uma implementação/reedição da Pedagogia das Competências em políticas educacionais brasileiras, procedendo uma análise dialética entre o documento da BNC-formação e os pressupostos econômicos e políticos que orientam a formulação, tendo como pano de fundo o processo do golpe jurídico militar aplicado em 2016, no governo federal, inferindo sua influência na formação de professores. Sendo assim, percebemos que esse tema é de suma importância para o fortalecimento da iniciativa para pesquisas que investigam as intencionalidades políticas e econômicas que orientam a formulação da resolução CNE 02/2019, tanto para a formação de futuros professores, quanto para a gestão acadêmica, que precisa lidar imediatamente com essas obrigações, Essa pesquisa justifica-se ainda na esfera da formação acadêmica em Pedagogia, objetivando formar discentes em uma perspectiva ampla e crítica da realidade em que estão inseridos(as), tendo elementos de análise que lhes permitam o conhecimento da totalidade social.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia aplicada foi uma pesquisa de cunho qualitativa amparada no método dialético, tratando-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental. Nosso projeto teve como dinâmica a leitura e debate dos textos propostos entre bolsistas, professor pesquisador e professora orientadora. Em seguida, com base nessas leituras, passamos a analisar a Resolução 02/2019.

REFERENCIAL TEÓRICO

O modo de produção capitalista hoje é presente em quase todo o mundo, desde sua consolidação no século XVIII ao XIX. Sendo que o sistema predominante anterior era o feudalismo, até ocorrer o que Marx (1988), chama de acumulação primitiva, que é o processo de expropriação de terras, onde os camponeses foram expulsos de suas terras, a igreja católica foi saqueada perdendo grande parte de suas terras, essas terras passaram assim a se concentrar na nobreza. Nessa transição do feudalismo para o capitalismo esses bens acumulados passaram a se concentrar nas mãos daqueles que seriam os

futuros capitalistas, e a classe trabalhadora que era ainda uma grande massa camponesa foi sendo reduzida a condição de miséria.

Dada essa introdução, pode-se agora discutir o modo de produção capitalista, que de acordo com Netto e Braz (2006), é na relação de exploração que se funda o modo de produção capitalista. “A relação capital/trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, na expropriação (ou extração, ou extorsão) do excedente devido ao produtor direto (o trabalhador)”. Portanto, o trabalho explorado assalariado é a força motriz do capitalismo, resultando na mais-valia, que por sua vez é extraída dos trabalhadores no processo de produção. Ainda sobre a mais-valia e a exploração do trabalho, podemos destacar que, de acordo com Netto (2021), o capitalista não origina nenhum roubo ou furto ao contratar o trabalhador para uma jornada de oito horas paga-lhe mediante o salário, o valor da força de trabalho. Porém, no decorrer da jornada, a força de trabalho produz mais valor que o valor requisitado para tal reprodução; e é desse valor excedente (mais-valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo.

Vale destacar ainda que segundo Coggiola (2021), o processo de produção capitalista supõe a existência de uma a massa de trabalhadores livres no mercado, forçados a vender sua força de trabalho que é a única coisa que possuem, e massa de capital dinheiro relativamente grande nas mãos dos capitalistas, que permite a eles adquirir os meios de produção e contratar os trabalhadores. Ainda segundo Coggiola, essas condições foram reunidas quando primeiro, a massa de trabalhadores livres formou-se se liberando os servos de seus laços pessoais com senhores feudais, e separando em geral os pequenos produtores de seus meios de produção. A própria crise do regime feudal deu ao capitalismo os elementos para destruí-lo. Mas de onde surgiram os capitalistas? O autor explica que por sua origem social, poderiam ter sido comerciantes, antigos nobres, mestres artesãos enriquecidos, ou até servos libertos (ou fugidos do feudo) que conseguiram subir de posição. O mais importante é de onde vieram os capitais, que teve uma das fontes como sendo essa forma de Capital que a antiguidade havia legado a era feudal e que foi repassada ao capitalismo. No entanto, a principal fonte de acumulação primitiva de capital foi à colonização violenta da Ásia, África e América. Inicialmente, esses territórios forneceram metais preciosos, fundamentais para a acumulação de riquezas e a viabilização da produção em grande escala. Posteriormente, tornaram-se fornecedores essenciais de matérias-primas para a grande

indústria e de alimentos para os trabalhadores, por meio das plantações escravistas. Esse processo foi decisivo para impulsionar a acumulação capitalista.

Embora ao longo do tempo o capitalismo tenha sofrido muitas transformações, sua base continua a mesma: propriedade privada, trabalho explorado e extração de mais-valia. Podemos observar isso na atualidade ao tratarmos da crise estrutural do capital, pois as progressivas quedas das taxas de lucro ameaçam a continuidade do sistema sociometabólico do capital. Isso impulsionou uma reestruturação produtiva para colaborar com a manutenção dessa sociabilidade em crise, sendo preciso mudar a organização do trabalho, formando trabalhadores mais flexíveis e adaptados à essas mudanças no campo da produção, trazendo a centralidade na formação por competências e habilidades no lugar da qualificação, que acaba se refletindo até na educação, como podemos ver na Pedagogia das Competências.

Essa reedição da Pedagogia das Competências é uma tendência atual no campo da formação dos professores, com o intuito de formar indivíduos que atendam às exigências do mercado de trabalho na sociedade. O termo competências ganhou força na década de 1990, principalmente a partir das reformas educacionais ocorridas no Brasil para atender às demandas do processo de reestruturação produtiva do capital, ela tem a função, nesta sociedade de classes, de contribuir com a divulgação de seus valores e interesses, apontando a questão da formação como parte essencial da ocupação de uma vaga no mercado de trabalho, e a do professor como o responsável pela formação desse “novo” trabalhador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa que deu origem a este trabalho encontra-se concluída, contribuindo assim para a análise crítica da compreensão das intencionalidades políticas e econômicas da BNC-Formação, documento que orienta a formação de professores no Brasil. Tendo em vista que o documento em questão orienta a formação dos professores da Educação Básica, realizamos o exame do documento da Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Nesta análise observamos a tentativa de instrumentalizar os cursos de Pedagogia no Brasil, tornando-os quase que cursos preparatórios para aplicação da BNCC, esvaziando seu conteúdo histórico-crítico e político. Destacamos aqui algumas contradições observadas no referido documento: o abandono das discussões em torno das temáticas étnico-raciais e de gênero, a insuficiência no debate relacionado à educação inclusiva, como a Língua brasileira de sinais, que são temas não citados no

atual documento; O documento traz ainda um discurso pautado na potencialidade da aprendizagem de todos, mas não leva em conta todas as desigualdades existentes, desconsidera os fatores (sociais, econômicos e pedagógicos) que devem ser levados em conta. Observa-se ainda um ataque direto aos cursos de Pedagogia quando no Art. 13 propõe desmembrar o curso de Pedagogia em três diferentes cursos que formem professores multidisciplinares para a Educação Infantil, para os Anos Iniciais e outro para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Nessa perspectiva, a educação é colocada como a panaceia que resolverá todos os problemas da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNC-Formação é um dos documentos mais importante na formação dos professores, por isso é imprescindível entender as intencionalidades econômicas e políticas que ela carrega. A Resolução CNE 02/2019 foi revogada em 2023, no governo Lula, a partir de intensa mobilização do movimento da Frente Nacional pela revogação das Resoluções 02/2019 e 01/2020. Por conta do modelo de organização do sistema capitalista, ou seja, a manutenção da sociedade dividida em classes e mudanças ocorridas a partir de sua reestruturação produtiva, a educação não ocupa um lugar de prioridade no que se refere à formação da classe trabalhadora e seus filhos, negando assim uma educação de qualidade que torne os indivíduos mais críticos. Ao analisarmos a BNC-Formação (2019) com a mediação das leituras de pesquisas de estudiosos dessa área, notamos que ela está vinculada à uma educação que prioriza atender o mercado de trabalho, não há interesse em formar professores críticos e capazes de ensinar os estudantes a serem profissionais reflexivos. Consideramos assim de suma importância que haja autonomia e espaço para que os professores e estudiosos da educação possam participar da criação de documentos que tenham ênfase na formação docente. Observou-se também que no documento da BNC-formação há uma insuficiência nas especificidades educacionais que dizem respeito a Língua brasileira de sinais, educação inclusiva, educação especial. Concluimos que a referida Resolução CNE 02/2019 operava em sintonia com os princípios neoliberais, colaborando com a tentativa de aligeiramento, fragmentação e esvaziamento da formação de professores, ancorada na chamada Pedagogia das Competências.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a

centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº2, de 20 de dezembro de 2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 01 jun. 2022

COGGIOLA, Osvaldo. **Teoria econômica marxista: uma introdução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

HOLANDA, Francisca Helena de Oliveira; FRERES, Helena de Araújo; GONÇALVES, Laurinete Paiva. A Pedagogia das competências e a formação de professores: breves considerações críticas. **Revista eletrônica Arma da Crítica**, 2009.

MONTAÑO, Carlos; LÚCIA, DURIGUETTO Maria. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

OLIVEIRA, DALILA. Reestruturação capitalista no contexto da globalização: as mudanças nas condições gerais de produção. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. Rio de Janeiro: Xamã, 2003.